


AFRICAN UNION		UNION AFRICAINE
الاتحاد الأفريقي African Commission on Human & Peoples' Rights		UNIÃO AFRICANA Commission Africaine des Droits de l'Homme & des Peuples
31 Bijilo Annex Layout, Kombo North District, Western Region, P. O. Box 673, Banjul, The Gambia; Tel: (220) 4410505 / 4410506; Fax: (220) 4410504; E-mail: au-banjul@africa-union.org ; Web www.achpr.org		

**Relatório Geral do Seminário Regional sobre a Implementação das Decisões da
Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos
12 de 15 de agosto de 2017, Dakar, Senegal**

1. A Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (a Comissão) organizou de 12 a 15 de Agosto de 2017 em Dakar, Senegal, um Seminário Regional sobre a "Implementação das Decisões da Comissão" destinado aos países da África Central, do Norte e Ocidental, com o apoio financeiro da União Europeia no âmbito do Programa de fortalecimento do Sistema de Direitos Humanos no Continente Africano (Programa PANAF).
2. O objectivo geral do Seminário era reforçar o Sistema Africano de Direitos Humanos, em particular o mandato da Comissão para a promoção e protecção dos direitos humanos, e tinha como objetivo específico a avaliação do estado de implementação das observações e recomendações finais e outras decisões da Comissão, com vista a tornar eficaz e eficiente a sua implementação pelos Estados Partes.
3. Este Seminário reuniu um total de setenta e sete (77) participantes, representando os Estados Partes (Ministérios das Relações Exteriores e da Justiça), INDH, Redes de ONG das regiões da África Ocidental, Central e do Norte, organizações da sociedade civil, peritos africanos e académicos em direitos humanos, bem como membros da Comissão. Os serviços do Seminário foram fornecidos pelo Secretariado da Comissão.
4. O Seminário foi elaborado em redor dos seguintes pontos:
 - I. A cerimónia de abertura
 - II. A apresentação das comunicações
 - III. A animação dos painéis
 - IV. Os trabalhos em grupo

V. A cerimónia de encerramento

I. A cerimónia de abertura

5. A cerimónia de abertura foi presidida pela Vice-Presidente da Comissão, a Sra. Soyata Maiga e pelo Ministro da Justiça e Procurador-Geral do Senegal, representado pela Sra. Aminata Fall Cissé, Directora do Gabinete do Ministério da Justiça.
6. No seu discurso de boas-vindas, a Vice-Presidente do Comité transmitiu as desculpas do Presidente e agradeceu aos participantes por terem respondido ao convite da Comissão. Examinou a história do estabelecimento da Comissão e seu mandato de acordo com os artigos 30.º e 45.º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Prosseguiu descrevendo os objetivos do Seminário Regional, que se concentrou no fortalecimento da capacidade dos Estados Partes, Instituições Nacionais de Direitos Humanos (INDH) e outras partes interessadas nas regiões da África Central, do Norte e Ocidental e rever os métodos de trabalho, bem como os desafios colocados à implementação das decisões da Comissão. Finalmente, agradeceu ao Ministro da Justiça do Senegal pelos seus esforços na promoção e protecção dos direitos humanos em África e além, à União Europeia (UE) pelo apoio financeiro e técnico prestado no âmbito do PANAF para a resolução do seminário regional e ao Governo do Senegal pelo apoio que sempre deu ao trabalho da Comissão.
7. No seu discurso de abertura, a Directora do Gabinete do Ministro da Justiça deu, quanto a ela, as boas-vindas aos participantes ao Senegal e transmitiu as desculpas e os melhores votos do Ministro e do Governo do Senegal. Declarou que a República do Senegal compartilha os objetivos da Comissão de promover e proteger os direitos humanos em África e, portanto, reconhece os direitos humanos de todas as pessoas. Lembrou também que o seminário regional é oportuno, uma vez que, nos seus 30 anos de existência, a Comissão tomou muitas decisões de qualidade, como no caso do SERAC, que contribuiu para o desenvolvimento da jurisprudência sobre direitos humanos no continente. Ela pediu à Comissão que continuasse a trabalhar com todos os Estados Partes e todos os intervenientes no seu trabalho para obter melhores resultados. Finalmente declarou abertos os trabalhos do seminário.

II. A apresentação das participações-queixa

8. Durante o Seminário, foram feitas apresentações, que foram seguidas de amplas discussões: O primeiro tema intitulado "Os métodos de trabalho da Comissão e as várias decisões que toma (recomendações após as Missões de Promoção, Relatórios Estaduais e Comunicações) e como essas recomendações são comunicadas aos Estados envolvidos" foi apresentado pelo Prof. Frans Viljoen, do Centro de Direitos Humanos da Universidade de Pretória. Sua apresentação girou em torno de quatro categorias de recomendações emitidas pela Comissão de Direitos Humanos e dos Povos, a saber: decisões sobre participações-queixa/ reclamações; recomendações decorrentes da apresentação de relatórios periódicos pelos Estados Partes; as recomendações decorrentes de missões de promoção e proteção; as recomendações decorrentes das resoluções temáticas e aquelas relativas a Estados individuais. Também indicou algumas razões pelas quais os Estados não implementam as decisões da Comissão, antes de fazer recomendações sobre formas de melhorar a implementação das decisões da Comissão pelos Estados.
9. O segundo tema apresentado pela Comissária Reine Alapini GANSOU centrou-se no tema "O mecanismo de acompanhamento da Comissão, o estado de implementação das várias decisões da Comissão e os desafios a enfrentar no seguimento das suas decisões. Ela descreveu a história do estabelecimento e mandato da Comissão e recordou o quadro legal que rege as decisões da Comissão. Ela destacou o processo de apresentação de Relatórios de Estado, o procedimento das participações-queixa dirigidas à Comissão, os diversos tipos de decisões que a Comissão tomou durante seus trinta anos de existência, como mencionado, alguns desafios que a Comissão enfrenta no acompanhamento da execução das suas decisões. Finalmente, afirmou que a Comissão se havia comprometido a melhorar a situação e estava a trabalhar na criação de uma base de dados e de uma estratégia de implementação para monitorizar sistematicamente a conformidade e o cumprimento e manter informações, além de desenvolver relacionamentos colaborativos com as INDH e outras partes interessadas que possam auxiliar na recolha e publicação de informações.
10. O terceiro tema sobre a "Implementação de Decisões - A Experiência do Tribunal Africano dos Direitos Humanos, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem" foi apresentado pelo Dr. Robert ENO e Pr. Rachel Murray.
11. O Dr. Robert ENO apresentou uma visão geral do funcionamento do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, focalizando as decisões do Tribunal e

as causas do não cumprimento dessas decisões pelos Estados Partes. Partilhou acções concretas, que permitem ao Tribunal monitorizar melhor estas decisões. Várias propostas foram feitas, incluindo:

- A popularização de boas práticas;
- A melhoria da eficiência das instituições judiciais nacionais;
- A publicação de decisões nos níveis nacional, regional e internacional;
- A revisão do regulamento interno com vista à criação de mecanismos de acompanhamento das decisões;
- A organização de um diálogo judicial entre o Tribunal e os tribunais nacionais para facilitar a implementação de decisões judiciais.

12. A Professora Murray fez uma apresentação sobre a “Implementação das decisões: A Experiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e da CADHP - Uma Análise Comparativa” Argumentou que, de acordo com a pesquisa, seria errado pensar que pouco está sendo feito no que diz respeito à implementação das decisões. Reiterou que, com os artigos 112.º e 118.º do Regimento da Comissão, podemos falar de um mecanismo em vigor e de a Comissão ter feito muito em termos de monitorização da implementação, embora isso não seja visível. ou tornado público. Também disse que o sistema africano de direitos humanos só poderia emprestar e não reproduzir o que é necessário dos sistemas americano e europeu, pois eles também enfrentam muitos problemas. Mencionou algumas razões pelas quais os Estados Partes não estão implementando as decisões da Comissão e propôs formas e meios de abordar essa situação.

III. A animação dos painéis

13. Três painéis foram facilitados por representantes dos Estados Partes, instituições nacionais de direitos humanos e organizações da sociedade civil para uma troca de experiências. Permitiram identificar desafios, boas práticas, assim como fazer recomendações.

14. O primeiro painel facilitado pelos representantes dos Estados da Argélia, Gana e Camarões concentrou-se nas "Perspectivas dos Estados Parte: Mecanismos colocados em prática para monitorar a implementação das Decisões da Comissão". Das várias intervenções, parece que a maioria dos Estados africanos, com algumas diferenças, criaram comités interministeriais para monitorar as decisões dos órgãos dos tratados, bem como a preparação dos relatórios resultantes da ratificação dos instrumentos jurídicos sobre direitos humanos. No entanto, é importante sublinhar que estes

comités têm algumas dificuldades operacionais, nomeadamente: a mobilidade dos seus membros, a falta de controlo das directivas para a preparação de relatórios, a falta de conhecimento dos instrumentos, a falta de meios financeiros.

15. O segundo painel liderado por Gilford Kimathi (NANHRI) e Joseph Whittal (CHRAJ) concentrou-se nas "Perspectivas das INDH: Mecanismos colocados em prática para monitorar a implementação das Decisões da Comissão". Esse painel não apenas lembrou as responsabilidades das INDH, mas também revisou as actividades da rede e identificou os desafios a serem enfrentados.
16. O terceiro painel sobre as "Perspectivas das ONG: Mecanismos de Monitoramento da Implementação das Decisões da Comissão" foi moderado por Gaye Sowe (IHRDA) e Alpha Sisay (OSIWA). Por meio desse painel, discutimos os principais desafios e acções específicas que as ONG podem realizar no monitoramento da implementação das decisões da Comissão.

IV. Os trabalhos em grupo

17. Para aprofundar os diversos temas desenvolvidos, foram formados cinco grupos de trabalho para discutir os seguintes tópicos:
 - Desafios no seguimento e implementação das decisões da Comissão pelos Estados Partes, recomendações sobre o melhor caminho a seguir para assegurar a implementação, incluindo as melhores práticas a adoptar.
 - Os desafios que enfrentam os Estados Partes no engajamento entre os Estados Partes e a Comissão – Como isso pode ser mutuamente melhorado para garantir que uma Comissão se concentre em serviços mais eficazes para seus parceiros?
 - O papel das INDH para assegurar relações bem-sucedidas com a Comissão e controlar o mecanismo de monitoramento e implementação de decisões no nível nacional.
 - O papel das Organizações Não-Governamentais e das Organizações da Sociedade Civil na monitorização e implementação das decisões, sucessos e desafios da Comissão e o caminho a seguir.
 - Os desafios no engajamento entre as partes interessadas da Sociedade civil – Como isso pode ser mutuamente melhorado para garantir que uma Comissão se concentre em serviços mais eficazes para seus parceiros?
18. Os cinco grupos identificaram desafios e fizeram recomendações sobre como proceder.

V. Os resultados das apresentações, da animação de painéis e do trabalho em grupo

19. Durante as várias apresentações, painéis e grupos de discussão que enriqueceram o seminário, foram levantados os seguintes desafios, como tendo um impacto na implementação das decisões da Comissão, e foram feitas as seguintes recomendações. Alguns desses principais desafios incluem:

I. Desafios identificados

Desafios enfrentados pelos Estados Partes:

a) Restrições institucionais e financeiras

- ⇒ Instabilidade institucional nos estados, incluindo a reestruturação dos departamentos governamentais e mudanças frequentes de titulares de cargos que afectam o monitoramento efectivo da implementação;
- ⇒ Falta de coordenação e capacidade limitada do pessoal a nível nacional;
- ⇒ Falta de ministérios chave ou autoridades nacionais em alguns países para dirigir a implementação das decisões da Comissão;
- ⇒ Falta de recursos financeiros suficientes para implementar as decisões da Comissão;
- ⇒ Não harmonização das leis nacionais com leis regionais / internacionais;
- ⇒ Falta de apoio técnico e financeiro a nível regional para ajudar os Estados Partes no cumprimento das suas obrigações de relatório de acordo com a Carta Africana e outros instrumentos regionais de direitos humanos;

b) Falta de conhecimento

- ⇒ Conhecimento limitado dos Estados Partes e outros actores sobre os métodos de trabalho da Comissão;
- ⇒ Compreensão limitada dos Estados Partes sobre a importância de sua presença nas sessões ordinárias da Comissão;
- ⇒ Funcionamento do procedimento de denúncia não bem compreendido pelos Estados Partes;

c) Falta de comunicação

- ⇒ Falta de comunicação efectiva entre a Comissão e os Estados Partes;

- ⇒ Falta de informação das partes sobre as decisões tomadas no procedimento de denúncia.

Desafios enfrentados pela Comissão:

a) Insuficiência no compromisso dos Estados

- ⇒ Falta de vontade política por parte de alguns Estados Partes para implementar as decisões e recomendações da Comissão, incluindo medidas cautelares;
- ⇒ Não cumprimento pelos Estados Partes com "o seu compromisso nos termos do artigo 62.º da Carta Africana e do artigo 26.º do Protocolo de Maputo;
- ⇒ Os Estados Partes atribuem maior importância à revisão periódica universal do que às suas obrigações nos termos do artigo 62.º da Carta Africana e do artigo 26.º do Protocolo de Maputo;
- ⇒ Alguns Estados consideram que a implementação das Recomendações sobre Comunicações é voluntária porque é um órgão quase-judicial;
- ⇒ Não implementação de decisões e recomendações para preservar barreiras / práticas tradicionais e culturais integradas;

b) Capacidades Financeiras e Institucionais

- ⇒ Recursos financeiros insuficientes da Comissão;
- ⇒ A capacidade limitada de recursos humanos do Secretariado da Comissão conduziu a vários atrasos na adopção e publicação das Observações Finais sobre os Relatórios do Estado, bem como no processamento e recepção de correspondência / participações-queixa da Comissão;

c) Falta de comunicação e de visibilidade

- ⇒ Falta de estratégia de comunicação para promover efetivamente a visibilidade no continente e além;
- ⇒ Falta de conhecimento das recomendações / decisões da Comissão devido à não publicação ou publicação tardia de acções apropriadas e / ou consumo público;
- ⇒ Falta de comunicação / interacção / engajamento efectivo e sustentável com os Estados Partes;

d) Ausência de mecanismos de monitoramento

- ⇒ Ausência de disposições no Regulamento da Comissão que tratam da implementação das recomendações da Comissão contidas em relatórios de missão, resoluções e recursos urgentes;

- ⇒ Ausência de uma unidade de implementação específica / mecanismos de monitoramento dentro do Secretariado da Comissão para monitorar regularmente a implementação de suas decisões, incluindo visitas de países ou no terreno;
- ⇒ Falta de orientações para ajudar as diferentes partes interessadas a monitorizar a implementação das decisões / recomendações da Comissão;

e) Lacunas funcionais:

- ⇒ Falta de clareza nos tipos de recursos concedidos pela Comissão e pelo organismo / instituição responsável pelo acompanhamento da implementação a nível nacional;
- ⇒ Falta de autoridade suficiente concedida à Comissão pela Carta Africana para executar as suas decisões a nível nacional;
- ⇒ Falta de consulta entre a Comissão e os Estados Partes no desenvolvimento de instrumentos jurídicos não vinculativos, tais como Comentários Gerais;

Desafios enfrentados por INDH:

- ⇒ Envolvimento insuficiente de INDH no trabalho e actividades da Comissão;
- ⇒ Falta de compreensão do papel das INDH no apoio ao mandato e às actividades da Comissão;
- ⇒ Falta de conhecimento das INDH sobre sistemas regionais e internacionais de direitos humanos;
- ⇒ Falta de independência de algumas INDH a nível nacional;
- ⇒ Uso limitado do papel de coordenação / colaboração da Rede de Instituições Nacionais Africanas de Direitos Humanos (RINADH) para melhorar o fluxo de interacção e informação entre as INDH e a Comissão.

ONG:

- ⇒ Falta de um bom entendimento do papel das ONG no aumento da visibilidade da Comissão ou na implementação de suas decisões;
- ⇒ Falta de acesso atempado à última jurisprudência da Comissão devido à sua publicação tardia;
- ⇒ Não institucionalização de Pontos Focais para a Comissão.

II. Recomendações:

20. Depois de identificar os principais desafios na implementação das decisões da Comissão, os participantes discutiram formas e meios de abordar as questões e fizeram recomendações a todas as partes interessadas relevantes.

A. Recomendações gerais – aos participantes

- Divulgação das decisões da Comissão entre todas as partes interessadas;
- Submissão às respectivas instituições das conclusões do Seminário Regional, bem como divulgação de recomendações a nível nacional para acção;
- Fortalecer a comunicação / engajamento entre a Comissão, os Estados Partes e todas as outras partes interessadas;
- A Comissão, o Tribunal e todos os outros órgãos da UA levarão a cabo actividades de capacitação para melhorar o cumprimento das decisões.

B. Recomendações específicas

a) Aos Estados Partes:

i) *Sobre a insuficiência nos compromissos dos Estados:*

Os Estados Partes devem:

- Cumprir com as suas obrigações nos termos do artigo 1.º da Carta Africana, relacionadas com a implementação das decisões da Comissão, em vez de se cristalizar sobre o carácter não vinculativo das decisões da Comissão;
- Adoptar medidas legislativas apropriadas para melhorar a implementação efectiva das decisões da Comissão sem passar pelo processo político da UA;
- Internalizar os tratados regionais e internacionais que já ratificaram e cumprir as obrigações nele estabelecidas;
- Os Estados partes devem fornecer informações à Comissão sobre medidas concretas tomadas para implementar as decisões da Comissão;

ii) *Limites institucionais e financeiros:*

Os Estados Partes devem:

- Estabelecer um mecanismo nacional para a implementação e acompanhamento das decisões da Comissão e informar a Comissão desse facto;
- Institucionalizar os pontos focais no nível nacional e capacitá-los para desempenhar suas funções de forma eficaz;
- Disponibilizar os recursos financeiros e outros recursos necessários para facilitar a implementação das decisões da Comissão;
- Criar mecanismos para a comunicação de informações entre os Estados Partes e a Comissão sobre as decisões da Comissão;

iii) *Falta de conhecimento:*

Os Estados Partes devem:

- Organizar sessões de formação sobre o procedimento de participação-queixa / tratamento das denúncias e os métodos de trabalho da Comissão e convidar a Comissão a utilizar os seus conhecimentos especializados em acções de formação;
- Popularizar a Carta Africana a nível nacional, incluindo no quadro do programa de formação para juízes e advogados;

iv) Falta de comunicação:

Os Estados Partes devem:

- Informar periodicamente a Comissão sobre o estado de implementação das recomendações e decisões da Comissão e, quando apropriado, indicar as dificuldades encontradas na implementação de suas decisões e recomendações;
- Manter um diálogo constante com a Comissão em todas as fases do processo de reclamações;
- Fornecer informações atualizadas à Comissão sobre mudanças nos detalhes de contacto de pontos focais ou órgãos responsáveis pelas questões da CADHP.

b) Para a Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos:

i) Capacidades Financeiras e Institucionais

A CADHP deve:

- Assegurar o acompanhamento efectivo da implementação das decisões / recomendações, inclusive mediante a criação de uma unidade de implementação dentro do Secretariado;
- O mandato da Comissão é demasiado amplo e os seus recursos (humanos e financeiros) são limitados. A Comissão deve identificar a área em que tem uma vantagem comparativa e concentrar-se nela para otimizar os resultados;

ii) Falta de comunicação e visibilidade

A CADHP deve:

- Desenvolver uma estratégia de comunicação que leve em conta o relacionamento especial entre a Comissão, os Estados Partes, as INDH e as OSC e consultar essas partes interessadas na formulação da estratégia;
- Colaborar com todas as partes interessadas, incluindo as INDH, na disseminação de recomendações e decisões da Comissão para garantir a máxima visibilidade das acções necessárias;

- Manter comunicação / interação / envolvimento sustentado com os Estados Partes para melhorar o nível de implementação das decisões da Comissão;
- Treinar jornalistas de cada região que possam ser convidados para as actividades da Comissão e solicitados a relatar questões importantes para a Comissão;

iii) Ausência de mecanismos de monitoramento

A CADHP deve:

- Incluir no seu regulamento interno uma disposição sobre o seguimento das decisões;
- Institucionalizar um mecanismo para monitorar a implementação de suas recomendações e decisões;
- Implementar um processo de monitoramento efectivo e sistemático da implementação das medidas cautelares prescritas por ela;
- Desenvolver um banco de dados com informações actualizadas sobre o estado de implementação das decisões dos Estados Partes;
- Avaliar a cada dois anos o nível de implementação de suas decisões;
- Comunicar permanentemente os casos de não implementação de decisões aos órgãos legislativos, para permitir que o Conselho Executivo inste os Estados a cumpri-las;
- Desenvolver orientações para ajudar as partes interessadas a monitorar a implementação de suas decisões / recomendações;

iv) Deficiências funcionais

A CADHP deveria:

- Formular suas decisões, indicando de maneira suficientemente clara e precisa os tipos de recursos prescritos para não conferir aos Estados poderes discricionários de implementação;
- Estabelecer um sistema pelo qual os Estados Partes possam solicitar esclarecimentos sobre suas decisões;
- Incluir uma cláusula específica em cada decisão solicitando ao Estado Parte em questão que divulgue amplamente a decisão a nível nacional;
- Adoptar observações finais na sessão em que o Relatório do Estado é revisto para garantir maior impacto;
- Garantir a publicação atempada de recomendações / decisões para permitir que as partes interessadas acedam e ajudem na sua implementação;
- Realizar amplas consultas com os Estados Partes antes da adopção de instrumentos jurídicos não vinculantes, tais como Comentários Gerais;

v) Apoio às partes interessadas:

A CADHP deveria:

- Organizar sessões de treinamento sobre seus métodos de trabalho, procedimento de reclamações e questões relacionadas para todas as partes interessadas;
- Desenvolver directrizes com indicadores para ajudar os Estados Partes, as INDH e as OSC no monitoramento da implementação de suas decisões / recomendações;
- Apresentar as melhores práticas
- Fornecer informações para as INDH sobre a conclusão de observações e outras decisões através da RINADH, com o objetivo de disseminar e popularizar as decisões a nível nacional;
- A RINADH e a Comissão devem fortalecer sua colaboração, inclusive fazendo uso efectivo dos recursos disponíveis para a RINADH.

c) Para a União Africana:

A UA deveria:

- Fornecer ao Secretariado da Comissão recursos humanos, financeiros e outros recursos suficientes para que possa cumprir sua missão de maneira eficaz;
- Estabelecer um fundo fiduciário para ajudar os estados a implementar as decisões do Tribunal e da Comissão;
- Estabelecer o Instituto Pan-africano dos Direitos Humanos para fortalecer a capacidade dos Estados Partes de implementar decisões.

d) Às instituições nacionais de direitos humanos:

i) Divulgação de informação a nível nacional

As INDH deveriam:

- Tornar as decisões da Comissão suficientemente conhecidas a nível nacional;
- Realizar acções de advocacia eficazes sobre a implementação das decisões da Comissão;
- Envolver o Governo, a título consultivo, a tomar medidas concretas para implementar as decisões da Comissão;
- Envolver o Parlamento, se possível, participando no trabalho das comissões parlamentares para discutir a implementação das decisões, incluindo atualizações sobre o estado da sua implementação;

ii) Cooperação com a Comissão

- Participar efectivamente no trabalho da Comissão, inclusive buscando o status de afiliado, fornecendo informações e participando de sessões regulares;

e) Às organizações da sociedade civil:

As OSC deveriam:

- Facilitar uma divulgação mais ampla das decisões da Comissão a nível nacional.
- Tomar medidas para aumentar a visibilidade da Comissão, mas também para garantir a implementação das recomendações / decisões da Comissão através de advocacia e diálogo contínuo;
- Cumprir com suas obrigações de relatório de acordo com a Resolução sobre a Concessão e Retirada do Estatuto de Observador junto da Comissão;

III. Cerimónia de encerramento

21. Um relatório resumido dos procedimentos do seminário foi adoptado pelos participantes. Depois disso, uma moção de agradecimento foi lida em nome de todos os participantes pelo Sr. Joseph Whittal, que agradeceu a Deus / Allah por permitir que o Seminário seja realizado num ambiente pacífico, e agradeceu à Comissão e seus parceiros para viabilizar e organizar o Seminário Regional. Também agradeceu a todos os representantes dos Estados Partes que assistiram e participaram nos trabalhos do Seminário e por seu compromisso renovado em trabalhar para fortalecer a implementação das decisões da Comissão. Também agradeceu às INDH representadas e à RINADH por seu entusiasmo em aprofundar sua colaboração com a Comissão e as Organizações da Sociedade Civil por sua participação activa. Exortou a Comissão a fazer mais para fortalecer a capacidade dos Estados, INDH e OSC para facilitar a implementação das decisões, e agradeceu-lhe pela organização do seminário. Finalmente, expressou sua gratidão a todos os participantes por sua contribuição para o sucesso do Seminário, antes de incentivá-los a se apropriarem das recomendações e convidar a Comissão para qualquer actividade organizada a esse respeito.

22. As últimas observações foram feitas pela Vice-Presidente da Comissão, a Sra. Comissária Soyata Maiga, em nome da Presidente, que estava ausente. Expressou seu agradecimento, particularmente ao Governo do Senegal por ter organizado o Seminário. Saudou também o alto nível de representação dos Estados Partes no Seminário e agradeceu, em nome da Comissão, a todos os que viajaram para participar no Seminário. Lembrou os diferentes tópicos discutidos e saudou as trocas e boas decisões que ocorreram. Disse que os debates foram, às vezes, apaixonados, mas construtivos e gratificantes. Também observou que a implementação dessas

decisões é principalmente da responsabilidade dos Estados Partes, mas sem o apoio de NHRI e OSC, os compromissos assumidos seriam meras palavras que nunca se concretizariam. Congratulou-se com a relevância das recomendações, o que permitiria à Comissão melhorar os seus métodos de trabalho, e tomou nota da recomendação à UA de aumentar o apoio financeiro e outro à Comissão para assegurar implementação efectiva dos seus vários mandatos. Ela disse que o próximo Seminário será para os países da África Oriental e Austral, enquanto observa a sugestão de realizar seminários regulares desse tipo em todo o continente. Reiterou também a gratidão da Comissão à União Europeia pelo seu apoio na organização e realização deste primeiro Seminário Regional, bem como ao Secretariado e aos intérpretes pelo seu apoio para o sucesso dos trabalhos do Seminário. Finalmente, desejou a todos os participantes uma boa viagem de regresso às suas respectivas famílias.